

**A Ilha de Santa Catarina na política imperial de Carlos III: do reformismo
bourbônico ao Tratado de Santo Ildefonso (1700 - 1777)**

**The Island of Santa Catarina in the Imperial Policy of Charles III: from the Bourbon
Reformism to the Treaty of Santo Ildefonso (1700 – 1777)**

Guilherme Cândido¹

Resumo: Este artigo investiga a importância da Ilha de Santa Catarina na política imperial de Carlos III, considerando sua invasão, ocupação e devolução no contexto das Reformas Bourbonicas do século XVIII. Baseado no Tratado de Santo Ildefonso (1777) e em correspondências de agentes ibéricos envolvidos nesse episódio, a investigação relaciona os objetivos da coroa espanhola ao momento histórico em que se encontrava o Império, marcado pela predominância do eixo geo-histórico do Cabo Horn. Evidenciamos que, embora não estivesse no centro das políticas de Carlos III, inibir o papel da Ilha como facilitadora do comércio ilegal foi parte significativa de sua estratégia.

Palavras-chave: Ilha de Santa Catarina; Império Espanhol; Reformas Bourbonicas; Carlos III; Século XVIII

Abstract: This article investigates the importance of Santa Catarina Island in the imperial policy of Charles III, considering its invasion, occupation, and restitution within the context of the Bourbon Reforms of the eighteenth century. Based on the Treaty of San Ildefonso (1777) and correspondence from Iberian agents involved in this episode, the study connects the objectives of the Spanish crown to the historical context of the Empire, marked by the predominance of the geo-historical axis of Cape Horn. We argue that, although not central to Charles III's policies, curbing the Island's role as a facilitator of illegal trade was a significant part of his strategy.

Key-words/Palabras-clave: Santa Catarina Island; Spanish Empire; Bourbon Reforms, Charles III, 18th Century

¹ Guilherme Cândido, Universidade Federal de Santa Catarina, graduando, guilherme.candido96@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0002-6711-4841>.

INTRODUÇÃO

O século XVIII foi marcado por profundas transformações políticas e econômicas no Império Espanhol. Em novembro de 1700, morreu o último monarca espanhol da dinastia Habsburgo, Carlos II, dando início à Guerra de Sucessão Espanhola (1701- 1714). Esse conflito envolveu coalizões das maiores potências da Europa e, com a coroação de Felipe V reafirmada pelo Tratado de Utrecht ao fim da guerra, consolidou a dinastia Bourbon na Espanha. Apesar disso, a guerra teve graves consequências para o Império, que cedeu territórios e direitos de comércio aos seus oponentes como forma de capitulação (Pearce, 2014, p. 23-25, 52-56).

Frente ao seu declínio em comparação às demais potências europeias, a mudança dinástica foi seguida por uma série de mudanças na política econômica e administrativa do Império. Embora não formem um conjunto totalmente coeso de políticas e possuam intenções contraditórias entre alguns de seus projetos, as Reformas Bourbônicas tiveram como objetivo comum a revitalização do Império Espanhol, fosse pela reorganização de sistemas já estabelecidos ou por reestruturações mais amplas, introduzindo novos sistemas. Ainda que a historiografia tenha por vezes focado apenas na segunda fase das reformas, a partir de 1760, trabalhos recentes demonstram as profundas conexões entre todos os períodos (Pearce, 2014), justificando a análise aqui proposta.

Carlos III, filho mais velho de Felipe V, foi o quarto monarca desse século de reformas, governando de 1759 até seu falecimento em 1788, cerca de dez anos depois de promulgar o *Reglamento y Aranceles Reales para el Comercio Libre de España a Indias*, um dos principais símbolos do reformismo ilustrado espanhol. Entre os temas aqui abordados, seu reinado foi marcado por uma intensificação das reformas e, ao menos até 1777, pelo acirramento das disputas com Portugal. Apesar de os principais acontecimentos analisados nesta pesquisa se situarem nesse período, acreditamos ser fundamental tratá-los em relação ao contexto das reformas, a partir de 1700.

Nossa análise inspira-se na metodologia de Adrian J. Pearce (2014, p. 88) que, ao estudar as origens das Reformas Bourbônicas, argumenta que o impacto das mesmas deve ser julgado para além de critérios puramente comerciais, pois, em suas palavras, “[...] *its success or impact should be judged on more than commercial criteria alone*”². Seguindo essa

² [...] seu sucesso ou impacto deve ser avaliado com base em critérios que vão além dos puramente comerciais (Pearce, 2014, p. 88, tradução própria).

abordagem, buscamos compreender a importância da Ilha de Santa Catarina na política de Carlos III, relacionando sua invasão e devolução a um conjunto mais amplo de objetivos estratégicos da coroa espanhola no século XVIII.

Para isso, analisamos as interpretações acerca da expedição de Pedro de Cevallos e seus resultados; correspondências de agentes de ambas as coroas envolvidos no acontecimento; e, finalmente, o Tratado de Santo Ildefonso (1777) que pôs fim aos conflitos fronteiriços entre os impérios ibéricos e definiu a devolução da Ilha aos portugueses. Considerando os objetivos espanhóis e as negociações que antecederam a assinatura do Tratado, esperamos construir uma interpretação da sua invasão, conquista e devolução que conecta esse episódio às transformações anteriores da estrutura imperial da Espanha borbônica. Com esse propósito, utilizamos o conceito de eixos geo-históricos para melhor situar os eventos aqui discutidos em meio às características estruturais que os influenciaram, destacando a importância da espacialidade nessas dinâmicas.

DESENVOLVIMENTO

Mariano Bonifácio utiliza o conceito de eixos geo-históricos, elaborado por Fernand Braudel, para relacionar os espaços e as práticas de agentes históricos da América Espanhola com suas metrópoles e outras potências. Ele identifica três eixos principais para o período: o do Peru (c. meados do século XVI - 1740), que ligava a Espanha a Lima através do istmo do Panamá; o da Nova Espanha (c. meados do século XVI - 1789), conectando a metrópole a Veracruz, Cidade do México e, através do Pacífico, às Filipinas; e o do Cabo Horn (c. 1750-1850), uma rota mais tardia e global que conectava a Europa a Buenos Aires, contornando o continente em direção ao Pacífico. Embora as rotas coexistissem com sobreposições temporais, Bonifácio aponta a forte predominância de um eixo sobre os demais em diferentes estágios do período colonial. De forma resumida, os dois primeiros eixos, Peru e Nova Espanha, representam a fase em que "a economia mercantil do Pacífico tem condições de influenciar o mundo Atlântico". Nesse momento, a prata extraída das colônias e o comércio intercolonial, inclusive com a Ásia, dotavam as elites locais de grande autonomia e influência sobre as metrópoles.

Por outro lado, o eixo do Cabo Horn representa um momento de virada nesse esquema, em que a coroa Espanhola, especialmente a partir de 1735, passa a adotar reformas mais radicais na administração do comércio colonial. A interrupção do tradicional sistema de *galeones y flotas*, determinada pelo *Real despacho de 21 de Enero de 1735 para el*

despacho de flotas y galeones, com a sua substituição pelo sistema de *navíos de registro*, permitiu um controle mais centralizado sobre as colônias e um enfraquecimento das elites *criolla* e peninsular, dependentes dos monopólios comerciais (Antúnez y Acevedo, 1797, p. LXXXIII).

A abertura oficial da navegação espanhola pela rota do Cabo Horn, em 1742, é um ponto central desse movimento, pois estabelece uma conexão comercial entre a metrópole e suas colônias, diminuindo a dependência dos comerciantes intermediários que redistribuíam esses produtos na América. Além disso, as viagens mais frequentes possibilitadas pelo sistema de *navíos de registro* diminuía os preços das mercadorias e alimentavam uma maior integração entre diferentes portos do Pacífico e do Atlântico, reduzindo, por consequência, a atratividade do comércio ilegal. Conquistada com muita dificuldade, essa mudança ia de encontro aos interesses dos setores mais conservadores do Império, que chegaram a ter sucesso em revertê-las na década de 1750 (Pearce, 2014, p. 168-169). Somente após a morte de Fernando VI, em 1759, Carlos III teria sucesso em retomar e intensificar o reformismo.

As décadas de 1760 e 1770 são marcadas então por aquelas que viriam a ser consideradas as principais reformas do despotismo ilustrado da Espanha. Essa mentalidade reformista, focada em otimizar o controle colonial e combater o comércio ilegal, já presente com avanços e retrocessos desde a década de 1730, moldou a percepção espanhola sobre pontos estratégicos como a Ilha de Santa Catarina. Manter esse panorama em mente nos ajuda a realizar uma análise contextualizada do objeto em questão: a Ilha de Santa Catarina.

A Ilha de Santa Catarina na geopolítica do século XVIII

Desde o século XVI, por conta de suas características geográficas e recursos naturais, a Ilha de Santa Catarina era frequentemente visitada por embarcações que vinham ou seguiam para o sul e buscavam reabastecer seus mantimentos (Nervi, 2019, p. 21). Entretanto, foi apenas a partir da década de 1730 que Portugal passou a reconhecer a sua importância para a preservação do seu território ultramarino. Dois grandes reflexos dessa mudança podem ser apontados: a nomeação de José da Silva Pais para governador da capitania, encarregado da fortificação da Ilha; e o projeto que trouxe casais das ilhas de Açores para colonizar o território.

Podemos ler esse processo de colonização da Ilha de Santa Catarina como parte de um movimento mais amplo de expansão portuguesa em direção ao centro-sul dos seus territórios

americanos. Impulsionado pelas descobertas auríferas e pela possibilidade de participação no comércio do Rio da Prata, esse movimento confrontava interesses do Império Espanhol, que buscava garantir e expandir seu domínio sobre territórios disputados com Portugal, além de coibir o comércio ilegal em seus portos (Silva, 2008, p. 19-25). Walter Piazza já apontava para a criação da Capitania de Santa Catarina como parte de um sistema integrado de expansão e defesa do litoral, com uma relação de interdependência com o Rio Grande de São Pedro e a Colônia do Sacramento (Piazza, 1983, p. 123).

A Colônia do Sacramento, fundada por Portugal em 1680 na margem norte do Rio da Prata, representou um ponto de fragilidade geopolítica e econômica para o Império Espanhol ao longo de todo o século XVIII. Vista como uma violação da linha de Tordesilhas, sua principal ameaça era a função de entreposto para o escoamento de mercadorias contrabandeadas que minavam o monopólio comercial espanhol na região. Nesse complexo cenário de disputas, que viu a Colônia ser trocada de mãos diversas vezes, a Ilha de Santa Catarina consolidou-se como sua base de apoio logístico indispensável, tornando-se, por consequência, um alvo estratégico para a Espanha em seus esforços para neutralizar a presença portuguesa no Prata (Possamai, 2014; Silva, 2008; Ferreira, 2020; Rico Bodelón, 2013, p. 136-138).

Já na década de 1770 o conflito sobre os limites territoriais na Banda Oriental reiniciam, com a retomada da Capitania do Rio Grande em 1776. No ano seguinte, Cevallos ataca e conquista tanto a Ilha de Santa Catarina quanto a Colônia do Sacramento, cumprindo as ordens de destruir a segunda completamente. Durante esses acontecimentos, José I morre em Lisboa, levando à coroação de Maria I (Rico Bodelón, 2013, p. 605-606). A proximidade da rainha com o trono espanhol não impediu as conquistas de Cevallos, mas facilitou a negociação que levou os impérios ibéricos à paz. Em outubro do mesmo ano é assinado o Tratado de Santo Ildefonso, que determinou a posse definitiva da Colônia do Sacramento pelos espanhóis e da Ilha de Santa Catarina e o Rio Grande de São Pedro pelos portugueses.

Nesse contexto de disputas quase constantes sobre a consolidação territorial no sul, empreendeu-se um importante desenvolvimento da estrutura colonial de Desterro, com o aumento do número de colonos, da produção de pequenos excedentes que poderiam ser comercializados e um centro urbano e administrativo que dava conta de receber as tripulações passageiras. Desse modo, a Ilha tornou-se um ponto de parada quase obrigatório para aqueles que navegavam as rotas do Rio da Prata e do Cabo Horn, com destino ao Alto Peru e ao Pacífico (Silva, 2008, p. 21-22).

Contudo, além de um porto de escala, a Ilha de Santa Catarina foi indispensável para a manutenção da Colônia do Sacramento, não nos parecendo possível desvinculá-los durante o século XVIII. Sendo assim, por ser a Colônia uma das principais preocupações dos espanhóis na questão do contrabando, todo o processo de desenvolvimento da Ilha, ao menos até 1777, está profundamente entrelaçado aos interesses imperiais espanhóis (Nervi, 2019, p.30). Na seção seguinte, aprofundaremos esta análise a partir dos documentos selecionados, buscando demonstrar através da invasão da Ilha e acontecimentos relacionados como ela se articula aos objetivos mais amplos do Império Espanhol.

A invasão da Ilha

O reinado de Fernando VI, chamado de “o Prudente”, representou um período de relativa boa vontade para manter pacíficas as relações entre Portugal e Espanha. Após a sua morte em 1759, a coroação de Carlos III carregava expectativas de mudança nesse cenário, com uma acentuação da rivalidade ibérica. Alguns dos acontecimentos narrados na seção anterior confirmaram essas expectativas. Após as invasões da Colônia do Sacramento (1762) e do Rio Grande de São Pedro (1763-76), Pedro de Cevallos chega à Ilha de Santa Catarina com mais de 8.000 soldados, uma força considerada uma 'enormidade' para o contexto dos conflitos sul-americanos. O tamanho da força reflete a importância estratégica que os espanhóis atribuíam à Ilha, ao seu conhecido sistema de fortalezas e à expectativa de uma possível retaliação portuguesa (Rico Bodelón, 2013, 308-9). Embora a vitória fosse considerada praticamente certa pelos invasores, a percepção era de que a oportunidade era única. O sentimento de urgência fica claro no relato de Juan de Casamayor sobre a opinião de Cevallos, para quem a ilha era o “*principal y preferente objeto*” da expedição, uma operação que, “*sino se hace aora es imposible hacerla despues*” (AGI, Estado, 84, n. 8, f. 5v).

Fato é que o desenrolar dos acontecimentos que sucederam o desembarque das tropas na Ilha demonstraram o excesso de contingente da expedição. A maior resistência que Cevallos encontrou foi imposta pelo terreno, que dificultou o trajeto de Canasvieiras, onde aportaram em 23 de fevereiro, até a fortaleza de São José da Ponta Grossa. No dia seguinte, a fortaleza já hasteava a bandeira espanhola, sem qualquer baixa. No dia 25 foi a vez da fortaleza de Santa Cruz do Anhatomirim e de Santo Antonio de Ratones que, embora a primeira tenha gerado uma maior ansiedade nos invasores, se renderam sem resistência (Rico Bodelón, 2013, p. 310-316).

Após a tomada das fortalezas, Cevallo encaminhou ao general responsável pela defesa da Ilha um manifesto que indicava “*los justos motivos que el Rey tenía para proceder com sus armas contra Portugal*” e exigia “*la total entrega de la Isla com tropas, banderas, víveres, petrechos, caudales, negros y quanto pertenciasse a S.M.F*” (Rico Bodelón, 2013, p. 316; AGI, Navegacion, 1777, f. 13v). A Ilha foi entregue pouco tempo depois pelo então responsável pela sua defesa, Antonio Carlos Furtado de Mendonça.

Independente da desproporcionalidade das forças de Cevallos, Mendonça é descrito, em sua defesa enquanto réu pela entrega da Ilha, como um “cavalheiro infeliz, a quem a natureza parece não deu tanta inclinação, tanto zelo, e tanto ardor para o serviço de Vossa Magestade na profissão das armas” (Defesa de Antonio Carlos Furtado de Mendonça, 1864, p. 291). Apesar da falta de resistência e culpabilização do governador militar, não só Mendonça como os superiores com quem se correspondia pareciam conhecer com relativa antecedência o plano espanhol. Diversas informações apresentadas em sua defesa apontam para o descaso geral com o amparo e proteção da ilha, que se encontrava em um estado certamente insuficiente para fazer frente a uma invasão da escala que ocorrera. Em certa altura, aponta-se com indignação para a designação de Antonio da Gama Freitas para governador da Ilha, em 1º de setembro de 1775, oficial “sem princípios, sem experiência militar, sem conhecimento da fortificação, sem exercício mais que o da sala do marquez vice-rei da Bahia”, reconhecendo também que “aquella praça, **ameaçada d’um ataque formidável**, necessitava d’um ‘governador habil, com o maior conhecimento da guerra [...] Alguns haviam assáz capazes [...], mas todos foram preteridos” (Defesa, 1864, p. 300-301, destaque próprio). É evidente que o objetivo principal deste documento era conquistar para Mendonça um perdão da rainha Maria I, sendo necessário verificar por outros meios o quão certos estavam, nesta data, os encarregados pela defesa do território de que haveria um ataque espanhol à Ilha.

Cartas do ano seguinte, apresentadas também na defesa do governador militar, indicam haver maior certeza quanto à eventual vinda de Cevallos à Santa Catarina. Em 20 de outubro de 1776, Mendonça é instruído pelo vice-rei Luís de Almeida Portugal Soares Mascarenhas, o 2º Marquês do Lavradio, a não deixar que se conservem na ilha e seus arredores “gados, mantimentos, ou cavalgadas, que possam em caso de infelicidade, o que Deus tal não permita, aumentar as forças e os meios aos nossos inimigos, não só para se sustentarem, mas poderem proseguir as suas marchas” (Defesa, 1864, p. 310). Assim, a autoridade maior do vice-reino não só reconhecia a necessidade de se preparar para uma invasão à Ilha, como já aceitava a possibilidade e planejava medidas no caso da sua conquista pelos espanhóis.

Cerca de um mês depois, a expedição de Cevallos já é considerada garantida e sua força é estimada em 20.000 homens. Em 24 de dezembro de 1776, Mendonça escreve novamente ao vice-rei, identificando corretamente, levando em conta o relato de Casamayor, o objetivo dos espanhóis: “Que esta expedição [de Cevallos] tem o seu principal objecto n’esta ilha eu sempre suppuz” (Defesa, 1864, p. 318).

Fosse pela conjuntura geral de conflitos pelos territórios fronteiriços do sul, ou por informações específicas a respeito dos planos da coroa espanhola para a Ilha de Santa Catarina, podemos notar que as autoridades portuguesas reconheciam que ela era um dos pontos centrais das disputas ibéricas. Como veremos na próxima seção, o contexto de elaboração do tratado que pôs fim à guerra e resolveu suas disputas fronteiriças pode revelar um pouco mais sobre os objetivos espanhóis nessa campanha.

A assinatura do Tratado de Santo Ildefonso

Como já mencionamos, a morte de José I antecedeu a conquista da Ilha em apenas alguns dias. A nova rainha, Maria I, era sobrinha de Carlos III e, já desde o início do seu reinado, demonstrou boa vontade para melhorar as relações entre as coroas: “Buscarei todos os meios, que me forem possíveis para mostrarlhe o grande desejo que tenho de conservar com V. Magde a boa aliança a que nos deve obrigar o estreito parentesco” (Maria I, 1777, apud Rico Bodelón, 2006, p. 606). Em especial, a substituição do Marquês de Pombal, um dos principais defensores da presença portuguesa no Rio da Prata através da posse da Colônia do Sacramento, demonstrava de forma bastante concreta essa boa vontade. Antes da invasão, Carlos III afirmava ser de seu real animo não apenas tomar posse da Ilha, mas “*conservarla en lo sucesivo*” (Instrucción a Pedro de Cevallos, 1776 apud Rico Bodelón, p. 604). Já Cevallos, apenas alguns meses após a conquista, reconhecia que as negociações não poderiam ser concluídas em poucos anos, o que implicaria a manutenção da presença espanhola em Santa Catarina (Rico Bodelón, 2013, p. 605).

Nos parece seguro considerar, então, que a posição de Maria I, afastando o principal obstáculo para a paz ibérica, muito provavelmente influenciou as negociações que fizeram a Ilha retornar aos portugueses tão cedo. Além disso, no entanto, é preciso avaliar a posição que a posse desse território ocupava na lista de objetivos e preocupações da política espanhola. Nas discussões entre o conde de Floridablanca e Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, a conquista de Cevallos deu aos espanhóis uma considerável superioridade (Rico Bodelón, 2013, p. 610).

Apesar da superioridade espanhola na negociação, a ilha é tratada apenas de forma marginal no Tratado (1777, p. 28-29), com sua devolução condicionada no 22º artigo. Nele, estabelece-se a restituição da posse portuguesa com “a Artilheria, Munições, e mais effeitos”, mas impõe-se uma obrigação crucial a Maria I: prometer que 'em tempo algum [...] não consentirá que alguma Esquadra, ou Embarcação [...] Estrangeiras, entrem no dito Porto”, especialmente se houvesse “alguma suspeita de ferem destinadas a fazer o Contrabando”. Essa cláusula é o ponto central que revela a estratégia espanhola: a prioridade não era a posse do território, mas a neutralização de sua função como facilitador do comércio ilegal.

Era de pleno conhecimento que, embora não possuísse participação expressiva no comércio, a Ilha de Santa Catarina era um porto de escala comum para embarcações de diversas bandeiras, especialmente as que seguiam para ou vinham do sul. A preocupação dos espanhóis acerca desse fato está profundamente relacionada não apenas ao reinado de Carlos III, mas a todo o período do reformismo borbônico e, especialmente, à transição para o eixo geo-histórico do Cabo Horn. A abertura da rota do Cabo Horn, iniciada sob Felipe V e já introduzida anteriormente, proporcionou uma conexão mais direta e dinâmica com as colônias do Pacífico, substituindo progressivamente o sistema de galeões e frotas, que se caracterizava pelos altos volumes e baixa frequência nos seus movimentos. Juntamente com o escoamento da prata, essa mudança no sistema impulsionou Buenos Aires para outro patamar no conjunto das possessões espanholas na América, fazendo da cidade um importante centro de comércio tanto com a Península quanto com o Pacífico. Isso a tornava, também, especialmente atrativa ao comércio ilegal, fosse de portugueses através de Sacramento ou franceses que vinha de Saint-Malo em direção ao Cabo Horn (Bonialian, 2019, p. 23-24).

A proibição da utilização da Ilha de Santa Catarina como porto de escala, somada à reconquista da Colônia do Sacramento, teria o potencial de reduzir as possibilidades de navegação por comerciantes estrangeiros nessa rota, que vinha conquistando uma importância cada vez maior no comércio colonial da Espanha. A continuidade da presença espanhola na Ilha poderia produzir o mesmo efeito, e talvez por isso tenha sido considerada por Carlos III e Cevallos, mas carregaria um custo muito mais elevado, por exigir também um controle sobre o Rio Grande de São Pedro e a porção continental de Santa Catarina. Nesse contexto, a postura conciliadora de Maria I, que renunciava às reivindicações pombalinas que incidiam sobre o comércio do Prata, revelou-se fundamental para que a devolução da Ilha, sob as condições acima expostas, se tornasse a solução mais vantajosa para Carlos III.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A invasão da Ilha de Santa Catarina pelos espanhóis em 1777 se conecta às disputas pela definição de fronteiras que iniciou ainda no século XV, tendo forte relação com um dos principais pontos de tensão dessas disputas: a Colônia do Sacramento. Além disso, faz parte dos movimentos realizados durante as Reformas Bourbônicas, se situando em um momento de consolidação do novo eixo geo-histórico do Cabo Horn. A análise da documentação apresentada neste artigo buscou evidenciar a profundidade das conexões entre esse acontecimento e aos fatores estruturais sob os quais Carlos III reinou. Há, ainda, diversos outros elementos que poderiam ser considerados, incorporando, por exemplo, o *Reglamento y Aranceles Reales para el Comercio Libre de España a Indias*, que aqui foi apenas brevemente mencionado. Ou, ainda, uma análise mais aprofundada sobre os diferentes grupos de interesse no interior do Império Espanhol e quais suas relações com a conquista da Ilha. Por conta das limitações deste trabalho, a política imperial do Império Espanhol foi tratada como uma manifestação da vontade do monarca; contudo, embora um dos grandes exemplos do despotismo ilustrado, as decisões assinadas por Carlos III certamente envolviam discussões com ministros, com os Consulados de comerciantes da península e das colônias, além de discussões internas em cada um desses grupos. A consideração desses fatores certamente poderia revelar mais sobre as diferentes possibilidades de ação consideradas para atingir os objetivos da Espanha.

Contudo, acreditamos ter concluído o objetivo proposto, contribuindo para a compreensão da importância da Ilha de Santa Catarina nas políticas de Carlos III. Embora as políticas e intenções declaradas do rei deixem claro o seu reconhecimento da relevância geopolítica da Ilha, consideramos que essa importância se estenda sobretudo em seu papel como facilitadora da participação de estrangeiros no seu comércio colonial. Por sua vez, a atuação portuguesa nesse episódio, apesar da sua incapacidade de reação, nos mostra que ambos os lados tinham conhecimento acerca da importância que seu rival dava a esse território. Uma vez estabelecidas novas regulamentações através do Tratado de Santo Ildefonso, que colocavam sobre Portugal o dever de coibir a participação da Ilha no contrabando, a sua ocupação permanente perdia o sentido, devido aos elevados custos que implicariam a manutenção dessa posse. Para isso, a atuação da rainha Maria I, disposta a colaborar com o monarca vizinho, parece ter sido decisiva. Não nos cabe, porém, a análise dos resultados dessa decisão, sendo necessário ainda avaliar o volume do comércio ilegal antes e depois do Tratado, assim como o cumprimento, em Desterro, do que nele se estabeleceu.

Por fim, gostaríamos de ressaltar novamente a importância de se considerar o eixo geo-histórico predominante nesse momento. A preocupação com o contrabando esteve presente ao longo de praticamente toda a história da Espanha colonial, contudo, a abertura da rota do Cabo Horn deu um novo dinamismo ao comércio espanhol com Buenos Aires e suas colônias do Pacífico. Proteger o escoamento da prata pelo estuário certamente era um objetivo de primeira importância, ainda mais com o aumento no número de embarcações que circulavam pela região após a metade do XVIII. Fossem apenas para comercializar com os portenhos ou para seguir viagem viagem ao Pacífico, essa conexão estreitou a relação entre a península e seus domínios americanos. Neste cenário, a Ilha de Santa Catarina não se mostra como um ponto central dos interesses espanhóis no sul da América, mas a inibição da sua função auxiliar à Colônia do Sacramento e ao comércio ilegal foi parte significativa de uma estratégia mais ampla de Carlos III para a manutenção do seu Império.

FONTES

ANTÚNEZ Y ACEVEDO, Rafael. *Memorias históricas sobre la legislación, y gobierno del comercio de los españoles con sus colonias en las Indias Occidentales*. 1797. Acervo da Biblioteca del Banco de España (Signatura: FEV-AV-M-00513). Disponível em: <https://repositorio.bde.es/handle/123456789/19750>. Acesso em: 31 maio 2026.

DEFESA de Antonio Carlos Furtado de Mendonça, eespeito a entrega da ilha de Santa Catharina: (copiada de um manuscrito da bibliotheca fluminense). *Revista IHGB*, Rio de Janeiro, n. 27, tomo I, p. 291-331, 1864. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/893676/16659>. Acesso em: 31 maio 2026.

NAVEGACIÓN de la escuadra del Marqués de Casa Tilly. AHN, Diversos-Colecciones, 32, n.º 24, 1777, ff. 13v. Disponível em: <https://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/1339877?nm>. Acesso em: 31 maio 2026.

PAPELES sobre expedición de Pedro Ceballos a Rio de la Plata, AGI, Estado, 84, n. 8, ff 5v. Disponível em: <https://pares.mcu.es/ParesBusquedas20/catalogo/description/67629>. Acesso em: 31 maio 2026.

TRATADO Preliminar de Paz e de Limites na América Meridional relativo aos Estados que nela possuem, as Coroas de Portugal e de Espanha, assinado em Madrid. Madrid, 1 outubro 1777. Disponível em: https://pt.wikisource.org/wiki/Primeiro_Tratado_de_Santo_Ildefonso. Acesso em: 31 maio 2026.

REFERÊNCIAS

ALVES, Hugo Alexandre Portugal Cunha. *Portugal na Guerra da Sucessão de Espanha: cartas de Francisco de Sousa Pacheco a D. Luís da Cunha. 1700-1706*. Dissertação (Mestrado) – ISCTE-IUL, Lisboa, 2014.

BONIALIAN, Mariano Ardash. *La América española: entre el Pacífico y el Atlántico globalización mercantil y economía política, 1580-1840*. 1. ed. Ciudad de México: El Colegio de México, 2019.

FERREIRA, Sara Martins Eva. *A Colónia do Sacramento nas relações entre as Coroas Portuguesa e Castelhana entre 1680 e 1777*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2020.

LAMIKIZ, Xabier. *Patrones de comercio y flujo de información comercial entre España y América durante el siglo XVIII*. Journal of Iberian and Latin American Economic History, v. 25, n. 2, p. 233-260, 2007.

NERVI, Paloma Natalia Riquetta. América meridional em disputa: espacialização do conflito na Ilha de Santa Catarina (1749-1777). *Revista Santa Catarina em História*, v. 13, n. 2, p. 20–32, 2019.

PEARCE, Adrian J. *The origins of Bourbon reform in Spanish South America, 1700-1763*. 1. ed. New York, NY: Palgrave Macmillan, 2014.

POSSAMAI, Paulo César. A fundação da Colônia do Sacramento. *Mneme - revista de humanidades*, v. 05, n. 12, p. 32–59, 2004.

POSSAMAI, Paulo César. Um Lugar Fora do Mapa: a Colônia do Sacramento. *Revista Mosaico - Revista de História*, v. 7, n. 2, p. 133–138, 2014.

RICO BODELÓN, Óscar. *La ocupación española de Santa Catarina (1777-1778): una isla brasileña para Carlos III*. Tese (Doutorado em História) - Universidad de Salamanca, Salamanca, 2013.

SILVA, Augusto da. *A ilha de Santa Catarina e sua terra firme: estudo sobre o governo de uma capitania subalterna (1738-1807)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

PIAZZA, Walter F. Santa Catarina: sua história. Florianópolis: Ed.UFSC; Lunardelli, 1983.